

A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA NO BRASIL A PARTIR DA LDB 9.394/96: REVISÃO SISTEMÁTICA DOS ÚLTIMOS 10 ANOS

THE QUALITY OF TECHNICAL PROFESSIONAL EDUCATION IN BRAZIL FROM LDB 9.394/96: SYSTEMATIC REVIEW OF THE LAST 10 YEARS

¹Débora Ribas Villasanti.
²Daniel Teotonio do Nascimento.

¹Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: deb_ribas@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5847-4493>

²Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: daniel.nascimento@unila.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5872-7320>

Artigo submetido em 24/09/2022, aceito em 13/03/2024 e publicado em 05/09/2024.

Resumo: O objetivo deste estudo foi avaliar como se instituiu a qualidade da Educação Profissional Técnica no Brasil a partir da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, por meio de uma Revisão Sistemática (RS) da produção científica dos últimos 10 anos. Foram analisados 24 artigos, do Portal de Periódicos CAPES. Os resultados evidenciaram a participação de vários atores de diferentes segmentos no processo de desenvolvimento da qualidade da educação profissional técnica e com distintos interesses. Os princípios da educação profissional se mostraram diversos e sobrepostos, porém, o trabalho como princípio educativo, e o trabalho para o mercado do trabalho se destacaram. Em relação aos atributos, não foi possível encontrar nas pesquisas, atributos indicados para Educação Profissional Técnica. Quanto às potencialidades da educação profissional técnica, estas em sua maioria estão voltadas para formação para o mercado de trabalho e uma parcela ínfima para a formação politécnica. Quanto, as limitações da Educação Profissional, estas foram direcionadas à falta de Políticas Públicas voltadas á currículos diferentes da Educação Profissional e do Ensino médio, a dualidade estrutural entre ambos e a desigualdade social. Em relação ao indicador, o único encontrado nas pesquisas foi o IDEB. Conclui-se que, a qualidade da educação profissional se institui através de políticas educacionais desenvolvidas em um contexto de disputas entre projetos sociais distintos e mediadas por conflitos entre classes antagônicas. Neste jogo de forças políticas, na maioria das vezes, intensifica-se a oferta educacional de formação de mão de obra, atendendo aos interesses do mundo corporativo e afastando-se dos ideais humanos e da formação plena dos sujeitos sociais.

Palavras-chave: Educação profissional Técnica; Ensino Médio; Reforma; Qualidade.

Abstract: The objective of this study was to evaluate how the quality of Technical Professional Education was established in Brazil based on the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) nº 9394/96, through a Systematic Review (RS) of the scientific production of the last 10 years. 24 articles from the CAPES Journal Portal were analyzed. The results showed the participation of several actors from different segments in the process of

developing the quality of technical professional education and with different interests. The principles of professional education were diverse and overlapping, however, work as an educational principle and work for the job market stood out. Regarding attributes, it was not possible to find attributes recommended for Technical Professional Education in the research. As for the potential of technical professional education, the majority of these are focused on training for the job market and a tiny portion on polytechnic training. As for the limitations of Professional Education, these were directed at the lack of Public Policies aimed at curricula different from Professional Education and Secondary Education, the structural duality between both and social inequality. Regarding the indicator, the only one found in the research was IDEB. It is concluded that the quality of professional education is established through educational policies developed in a context of disputes between different social projects and mediated by conflicts between antagonistic classes. In this game of political forces, most of the time, the educational offer for workforce training is intensified, meeting the interests of the corporate world and moving away from human ideals and the full formation of social subjects.

Keywords: Technical Professional Education; High School; Reform; Quality.

1 INTRODUÇÃO

Discussões sobre o nível da qualidade da educação brasileira tem sido motivo de debates há algumas décadas nos meios acadêmicos, sociais, empresariais, de comunicação e políticos. É provável que essas discussões tenham se acirrado ainda mais a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/96). A LDB é a responsável em determinar as diretrizes e bases da educação nacional e; definir o papel a serem desempenhado pela União, Estados, municípios, escolas e todas as demais instituições de ensino. Na referida Lei, aparecem os conceitos de garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino, de necessidade de avaliação da qualidade, de melhoria e de aprimoramento da qualidade do ensino, tal como na Constituição Federal de 1988.

Mas afinal, o que é uma educação de qualidade? De acordo com Dourado (2007) a análise da qualidade da educação deve ser realizada a partir de uma perspectiva polissêmica devido à multiplicidade de significados que lhe são atribuídas.

Na ótica social, a educação é de qualidade quando contribui com a igualdade; já no ponto de vista econômico, qualidade está relacionada à eficiência dos recursos educacionais utilizados. É necessário estabelecer padrões de qualidade do ensino, isto é, medir a eficiência e eficácia do sistema. Porém, para alcançar resultados específicos na educação, um grande número de indicadores de qualidade deve ser considerado: a qualidade tem fatores escolares externos e internos; outros critérios também devem ser considerados, os mais subjetivos, normalmente deixados à parte, mas que podem ser avaliados propositadamente (DOURADO, 2007).

Visando aprofundar-se mais no cerne dessa discussão e obter mais conhecimentos sobre a temática, esta pesquisa tem como objetivo analisar como se instituiu a qualidade da educação profissional técnica no Brasil a partir da LDB 9394/96.

Historicamente, no Brasil a relação entre educação profissional e educação básica é marcada pela dualidade. Não existem registros até o século XIX que possam comprovar ações de formas sistematizadas relacionadas ao campo da educação profissional. Só existia a educação propedêutica para as elites, direcionada para os futuros gerentes. Desse modo, a educação desempenhava o papel de promover a reprodução das classes sociais, no qual os filhos das elites tinham a garantia das escolas das ciências, das letras e das artes, e aos outros era negado o acesso (MOURA, 2010).

As várias mudanças que ocorreram no sistema educacional brasileiro na década de 1990, os diversos programas de reformas educativas colocados em vigor pelo Estado Brasileiro, afetaram em específico o ensino médio e a educação profissional. Nesse período, o Banco Mundial fez recomendações no documento ‘Modelo latino americano de formação profissional’ que se separasse o ensino médio da educação profissional, corroborando assim, mais uma vez com a dualidade estrutural do ensino e colocando o setor privado como o ofertante principal da educação profissional (MELO, 2006). Diante desse contexto, acredita-se que esse seja o ponto crucial que se instaurou entre o ensino médio e a educação profissional. Desta forma, a importância deste estudo.

Ao consultar a Plataforma de Periódicos da Capes em Abril de 2021, objetivando identificar a produção científica sobre a ‘qualidade da educação profissional’ constatou que os trabalhos são voltados em pesquisa-ação e bibliométricos, não sendo localizado nenhum estudo que tenha efetuado uma Revisão Sistemática (RS) da qualidade da educação profissional técnica, sendo esse o diferencial desta pesquisa. A RS concentrou-se nos artigos publicados nos últimos 10 anos. Sendo assim, a presente revisão sistemática teve como objetivo compreender como se instituiu a qualidade da Educação Profissional Técnica no Brasil a partir da LDB 9394/96.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A qualidade da educação é um fenômeno complexo, que é determinado dentro da escola (currículo, formação de professores, gestão escolar, etc.) e fora da escola (as condições de vida da população, econômicas e culturais) entre as famílias dos alunos. Nesse caso, a prioridade se direciona para as seguintes categorias: obtenção de resultados satisfatórios em exames nacionais; áreas de conhecimento, habilidades e habilidades previamente estabelecidas; uso de tecnologias avançadas; superestimação da competitividade e produtividade; novas formas de gerenciar sistemas e instituições de ensino; utilizar procedimentos abrangentes e flexíveis no trabalho docente (MOREIRA; KRAMER, 2007).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional da Educação (PNE) versam sobre a importância em definir padrões de qualidade de ensino. No entanto, essa questão revela expressivas dificuldades e diferenças no tocante à definição de um padrão único de qualidade, abrangendo questões em termos de variedade e de quantidades mínimas, por aluno-ano, insumos indispensáveis ao processo de ensino e de aprendizagem, custo-aluno, relação aluno-professor etc. (DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

De acordo com Cury (2010), é papel de a LDB fazer com que a qualidade da educação seja reconhecida por todos. Além disso, possibilitar o aumento da autoconsciência nas escolas determinando objetivos maiores da educação. A começar pela avaliação da qualidade, Cury (2010), diz que na LDB, no capítulo VI no artigo 39 menciona que: “(...) a União incumbir-se-á de assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996, S. P.).

Um dos instrumentos utilizados para evidenciar a qualidade da educação é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Criado em 2007, pelo governo federal o IDEB é um índice que tem como objetivo ser um indicador de qualidade educacional, e também de fazer o monitoramento permanente e a medição do progresso dos programas em relação às metas e resultados fixados (FERNANDES, 2007).

Segundo Haddad (2008), oficialmente o IDEB com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, por meio do Decreto nº 6.074, de 24 de abril de 2007, se mostrou como um dos aspectos de maior relevância do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Já Kuenzer (2010), faz uma avaliação crítica em relação aos indicadores atuais no tocante as metodologias usadas, tanto pelo ENEM quanto para o IDEB na sua definição, no intuito de analisar se realmente atingem a complexidade de realidades tão diversas, ou se, ao desconsiderar as diferenças, auxiliam na formulação de políticas e programas que aumentam ainda mais as desigualdades.

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO MÉDIO: UMA TRAJETÓRIA DE CAMINHOS OPOSTOS

Na década de 1990 inserido em um contexto de grande crise econômica e buscando ideais apregoados pela globalização, o Brasil acolheu uma postura política voltada para a Educação profissional que atendesse as demandas da divisão internacional do Trabalho. Nessa perspectiva, as Políticas Públicas para a Educação Profissional têm uma história recente, marcada pela Lei nº 9.394/1996 e sancionada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Esta lei instituiu as Diretrizes e Bases da Educação, dedicando o capítulo III especificamente, a Educação Profissional.

Nesse período, na esfera educacional, a principal discussão era o conflito entre os que intercediam por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e os defensores da dependência dos direitos sociais em geral e, particularmente, a educação à lógica da prestação de serviços (Documento Base, Mec, 2007). Nos embates acalorados no processo de tramitação da CF de 1988, a racionalidade do mercado prevaleceu, e o setor privado ganhou a livre mediação na educação, aprovada posteriormente pela LDB nº 9.394/96 (MOURA, 2010).

Com a aprovação da Lei nº 9.394/96, uma nova estrutura da educação formal no Brasil se estabeleceu, e em seu artigo 35º, foi definido o Ensino Médio como a etapa final da Educação Básica, com a finalidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o aprimoramento do educando como pessoa humana e de compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos (BRASIL, 1996).

Com base nesse espaço da LDB, percebe-se que dentre as finalidades do Ensino Médio destaca-se a função de possibilitar o prosseguimento dos estudos e a preparação básica para o trabalho. As finalidades apresentadas no Art. 36 indicam a intenção jurídica de superar a dualidade, socialmente construída, entre a formação propedêutica e a educação especificamente voltada para formação profissional (KUENZER, 2009).

Porém, o Decreto 2.208/1997 de forma legal fez separação do ensino técnico e profissional do ensino médio, modificando a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996), que sugeria a articulação da educação profissional com o ensino regular ou com distintas estratégias de educação continuada.

Á partir desse decreto, claramente se estabeleceu uma diferença entre dois projetos de currículo: de um lado, uma proposta de formação geral, voltada ao desenvolvimento de um sujeito que saiba articular trabalho, ciência, tecnologia e cultura; e, de outro, uma proposta de formação profissionalizante, cuja meta é educar o trabalhador a ser um cidadão produtivo e não o ser humano emancipado (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

O decreto nº 2.208/1997, que vinculou o ensino técnico à pedagogia das competências seria apropriado para a conexão do mercado, restringindo-se ao ensino de conhecimentos tácitos indispensáveis para o aperfeiçoamento laboral, afastando-se do chamado ensino regular (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

Outra mudança significativa nesse período foi a institucionalização dos Institutos Federais por meio da Lei Federal nº 11.982/2008, de 29 de dezembro de 2008, definidos no “Art. 2º: [...] como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes

modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei” (BRASIL, 2008).

Segundo Aguiar e Pacheco (2017), o Instituto Federal é “um novo modelo institucional de Educação Profissional, no qual a educação não deve qualificar para o mercado do trabalho, mas para a vida”. Nesse novo modelo, realça-se o enfoque educativo voltado à formação plena do sujeito, na perspectiva emancipatória. Sendo capaz de uma atuação crítica e consciente na realidade.

No ano de 2003, após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Decreto nº 2.208/1997, foi revogado e ficou estabelecido a possibilidade de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional, representada no Decreto nº 5.154/2004. Esse Decreto passa, então, a instituir regulamentações no Artigo 36 e dos Artigos 39 a 41 da Lei 9.394/1996. Nessa perspectiva, a Educação Profissional concebe a chance de ampliação da oferta do Ensino Médio, na forma integrada, nas instituições públicas de educação, podendo contribuir para a efetiva (re) construção de uma identidade própria e, ao mesmo tempo, expressiva, para a vida dos jovens e adultos que os cursam.

O texto do Decreto nº 5.154/2004 apresenta a viabilidade de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional e configurou uma perspectiva de avanço em direção à politécnica. Porém, conserva como acomodação e expressão de posições contrárias, as formas subsequente e concomitante (MOURA; FILHO; SILVA, 2015).

A proposta de integração da educação profissional ao ensino médio concebeu o trabalho como princípio educativo. Nela, o significado de um currículo integrado recebeu a atribuição a princípio de possibilidade de uma formação omnilateral do estudante, o que não é exclusividade da fase da educação profissional e ensino médio. Essa proposta tem a potencialidade de desenvolver a integração das dimensões que estruturam a prática social e que são basilares para a vida: o trabalho, a ciência e a cultura.

De acordo com Ramos (2008), compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, que não se confunde com o aprender fazendo, nem é sinônimo de formação para o trabalho. Tratar o trabalho como um princípio educacional é dizer que o ser humano criou sua própria realidade, desta forma, toma posse dela e a transforma. O trabalho é o primeiro intermediário entre o homem e a realidade material e social.

Segundo Frigotto (2003), na perspectiva da educação politécnica, a formação integrada não tem fórmula, ela acontece com a compreensão das coisas: da Física, da Química, da eletricidade; mas também da sociedade, dos seres humanos, da Psicologia, da Arte e da cultura.

Para contribuir com essa compreensão, Saviani (2003) diz que a politécnica está relacionada ao domínio das bases científicas de diferentes técnicas que representam os modernos processos de produção. Está relacionada com a base de diferentes tipos de trabalho e é baseado em certos princípios, e certos fundamentos devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Presume-se que ao dominar esses princípios básicos, o trabalhador está apto em desenvolver diferentes formas de trabalho e compreender suas características e essência. Eles não são trabalhadores treinados para cumprir uma tarefa com perfeição, nem são adequados para entrar no mercado de trabalho para desenvolver essas habilidades. Por outro lado, é dotá-lo de um desenvolvimento multilateral, que abrange todos os ângulos da prática produtiva, desde que domine os princípios que estão na base da organização produtiva moderna (SAVIANI, 2003).

Oliveira (2006) considera que, reconhecer a distância entre o ensino médio integral e as escolas politécnicas significa buscar a constituição de um projeto educacional dentro da materialidade da burguesia, pois quando aparecer no imaginário coletivo poderá consolidar a

prática coletiva e levar o governo a garantir o ensino médio integral seja provedor de uma formação que contribui para a emancipação da classe trabalhadora.

No ano de 2017, no governo neoliberal de Michel Temer, a nova Reforma do Ensino Médio é promulgada pela Lei nº 13.415/2017 gerando muitas discussões devido as consideráveis mudanças apresentadas. A Lei nº 13.415/2017 que formaliza o Novo Ensino Médio confirma que o apoio da Educação Profissional é indispensável para o resgate do crescimento econômico do país. Segundo a lei, as questões básicas são: “investir no capital humano visando maior produtividade; modernizar a estrutura curricular, flexibilizando por áreas de conhecimento; e melhorar os resultados do desempenho escolar” (BRASIL, 2017).

A tentadora ideia de flexibilizar o currículo, dá aos alunos a ilusão da possibilidade de escolherem seu próprio roteiro de formação. Esta reforma parece ignorar as reais condições das escolas brasileiras, o que de fato impossibilita a oferta de diferentes cursos. Portanto, a terrível consequência é o aumento da desigualdade social.

Krawczyc e Ferreti (2017), faz um alerta sobre a flexibilização do currículo afirmando que, embora o termo flexibilização possa remeter no imaginário das pessoas à ideia de autonomia, livre escolha, criatividade e inovação, este termo pode representar também desregulamentação, precarização, instabilidade da proteção contra a concentração da riqueza material e de conhecimento, permitindo a exacerbação dos processos de exclusão e desigualdade social.

De acordo com Krawczyc e Ferreti (2017), essa reorganização proposta para o EM no Brasil, mostra que ao longo dos anos a educação tem sido tratada não só com caráter economicista, mas também, com o favorecimento do mercado, na manutenção e fortalecimento do modo de produção capitalista, levando em consideração a acumulação de capital.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa deste estudo foi realizada por meio da Revisão Sistemática. Segundo Cronin, Ryan e Coughlan (2008), o propósito da RS é assegurar que os leitores se mantenham atualizados com a literatura atual de um tema, assim como produzir uma base para outros objetivos, como a justificativa para pesquisas futuras na área. Uma correta RS reúne informações sobre um assunto específico de várias fontes, está bem escrita e contém pouco ou nenhum viés pessoal.

Dessa forma, a RS estuda um objeto de maneira aprofundada, por meio de procedimentos sistemáticos e transparentes, possibilitando a síntese e análise de materiais, principalmente de artigos de alto alcance científico e social (CROSSAN; APAYDIN, 2009).

Constata-se que os Protocolos mais utilizados como referência para realização de RS, são os protocolos propostos por Cronin, Ryan e Coughlan (2008) e por Hoon (2013). O primeiro Protocolo é utilizado especialmente na área das ciências da saúde, enquanto que o segundo é mais genérico, sendo possível sua utilização em várias áreas, incluindo as ciências sociais aplicadas, que normalmente possuem foco especialmente qualitativo.

Desse modo, considerando um melhor alinhamento da pesquisa, utilizou-se o protocolo adaptado de Nascimento, Binotto e Benini (2019) com embasamento teórico do Protocolo e indicações metodológicas propostas por Hoon (2013), conforme as 5 etapas detalhadas na sequência.

Etapa 1 - Estabelecimento da pergunta da revisão sistemática

A finalidade da pergunta é possibilitar direcionamento à execução das demais atividades. Sendo assim, a pergunta deve ser objetiva e detalhada para auxiliar a busca dos estudos, a coleta de metadados e a apresentação de resultados.

Nesse sentido, nesta RS o propósito foi responder a seguinte pergunta: Como se instituiu a qualidade da Educação Profissional Técnica no Brasil, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96)? De forma específica se buscou respostas aos seguintes elementos da qualidade da Educação Técnica Profissional: Elemento 1: Quem são os atores envolvidos no processo de desenvolvimento da qualidade da Educação Profissional Técnica? Elemento 2: Quais são os princípios que norteiam a Educação Profissional Técnica? Elemento 3: Quais são os atributos relacionados à qualidade da Educação Profissional Técnica? Elemento 4: Quais são as potencialidades que a Educação Profissional Técnica de qualidade pode proporcionar? Elemento 5: Quais são as limitações que impactam o desenvolvimento de uma Educação Profissional Técnica de qualidade plena? Elemento 6: Quais são os indicadores utilizados para medir o desempenho da qualidade da Educação Profissional Técnica no Brasil?

Etapa 2 - Definição dos critérios de inclusão e exclusão

Critérios de Inclusão:

a) trabalhos publicados e disponíveis integralmente com textos completos nas bases de dados científicas online, conforme detalhados na Etapa 3; **b)** artigos publicados nos últimos 10 anos; **c)** artigos em português; **d)** somente trabalhos que abordassem diretamente o assunto da qualidade da Educação profissional; **e)** qualidade do ensino; **f)** reforma do ensino médio por meio do conceito adotado pela comunidade acadêmica e científica brasileira.

Critérios de Exclusão:

a) Artigos que não apresentavam resumos disponíveis ou conteúdos considerados irrelevantes para o tema proposto; **b)** Artigos repetidos; **c)** artigos em outros idiomas; **d)** estudos que utilizassem a expressão “qualidade da educação” e “qualidade do ensino” em estudos específicos de categorias como: qualidade de vida, ensino superior, educação infantil, ensino fundamental, qualidade referente a disciplinas específicas, qualidade de software, gestão de pessoas, pedagogia da alternância, evasão escolar, licenciaturas, problemas institucionais e pedagógicos.

Etapa 3 - Localização das pesquisas relevantes

Os artigos foram pesquisados em uma base de dados nacional. Optou-se pelo Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pois reúne artigos completos de mais de 20.000 mil periódicos nacionais e internacionais.

Para viabilizar a seleção dos artigos, utilizou-se o software *StArt*, que auxilia os pesquisadores na investigação do estado da arte, a partir de uma RS. A síntese dos procedimentos operacionais e dos resultados são apresentados no Quadro 1.

Etapa 4 - Extração e codificação dos dados

Após a definição final dos trabalhos incluídos, os artigos foram lidos, atentando-se para os aspectos que respondessem a um ou mais dos elementos estabelecidos na questão de pesquisa (Etapa 1). A codificação, a seleção das citações, e possíveis inter-relações entre os elementos estruturantes investigados foram realizadas manualmente.

Base	Palavra-chave	Filtro	Estudos localizados (data da pesquisa)	Excluídos, após leitura de título e resumo.	Excluídos, após leitura completa	Selecionados
Periódicos Capes	“Educação Profissional” “Qualidade”	Todos os campos	10 (11/04/2021)	10	0	0
	“Ensino” “Qualidade”	Todos os campos	149 (11/04/2021)	146	01	02
	“Ensino Médio” “Reforma”	Todos os campos	49 (11/04/2021)	37	08	04
	“Educação Profissional” “Indicadores”	Todos os campos	01 (11/04/2021)	01	0	0
	“Educação Profissional” “Empregabilidade”	Todos os campos	03 (11/04/2021)	03	0	0
	“Educação” “Atributos”	Todos os campos	01 (11/04/2021)	01	0	0
	“Educação” “Indicadores”	Todos os campos	65 (11/04/2021)	64	0	01
	“Educação” “Empregabilidade”	Todos os campos	08 (11/04/2021)	06	01	01
	“Educação profissional” “Ensino Médio”	Todos os campos	81 (09/05/2021)	59	06	16
TOTAL DOS ARTIGOS SELECIONADOS						24

Fonte: Elaborado pelos autores.

Etapa 5 - Síntese dos estudos analisados e discussão dos resultados

Foram apresentados os quadros sobre os Elementos (Elementos 1 a 6) referentes à pergunta da RS, discutindo os resultados e apresentando conclusões e inferências.

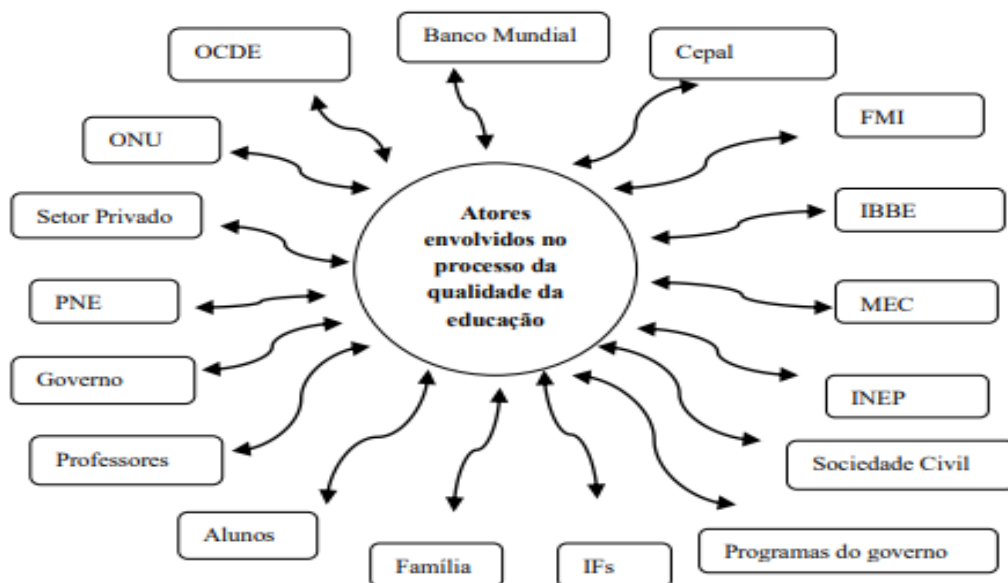
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta a síntese e a discussão dos trabalhos analisados, sendo composta de 5 subseções, cada uma dedicada a um dos Elementos Estruturantes da qualidade da Educação Profissional Técnica.

4.1 PRINCIPAIS ATORES ENVOLVIDOS NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA

É possível observar, conforme a Figura 1, que a qualidade da educação profissional técnica conta com a participação de uma vasta diversidade de atores.

Figura 1: Atores envolvidos no processo de desenvolvimento da qualidade da Educação Profissional Técnica



Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se que, o processo de desenvolvimento da qualidade da Educação Profissional Técnica depende de vários e diferentes atores, sejam sociais, institucionais e / e ou governamentais, empresariais, organismos internacionais entre outros. Cada ator contribui com diferentes questões, sejam de ordens técnicas, teóricas, normativas, financeiras, e também motivados por diferentes interesses.

O setor privado, por exemplo, segundo Oliveira e Magalhães (2015), ao envolver-se no processo de tramitação da CF/88 no tocante a educação, conseguiu fazer com que a lógica do mercado prevalecesse. Moura (2010) atesta que depois dos embates acalorados neste processo, o setor privado ganhou a livre mediação na educação, aprovada posteriormente pela LDB nº 9.394/96.

Quanto aos Institutos Federais de acordo com Souza (2019), eles podem ser considerados o primeiro em tornar a educação profissional articulada com o ensino médio de formação integral, que oportuniza uma educação de qualidade, unificada que instrui para o mercado de trabalho e dá condições de prosseguir os estudos aos níveis superiores (SOUZA, 2019). Pacheco (2011) afirma que, a estrutura curricular dos IF's possui uma formação de qualidade, e trata os conhecimentos técnicos e científicos no mesmo nível. O que está posto para os IF's é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível.

Conclui-se que, cada ator contribuiu de maneira diferente e que essa diferença de abordagem pode ser observada na maneira como cada setor opera.

~~Conclui-se que o setor privado busca os interesses do mercado, enquanto os IF's contribuem de maneira efetiva por meio da oferta de uma educação de qualidade que pressupõe a emancipação humana do sujeito.~~

4.2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA

É possível perceber, conforme a Figura 2 que os estudos analisados apontam para diversos princípios. Apesar dessa variabilidade de princípios evidencia-se que estão sobrepostos a duas categorias de trabalho, da seguinte forma: na categoria ‘Trabalho para a Formação do Mercado de Trabalho’ incluem-se: Trabalho para a Formação do mercado de trabalho (05); e Princípio da Racionalidade (01).

Na categoria ‘Trabalho como Princípio Educativo’, incluem-se: Trabalho como princípio Educativo (08); Trabalho, Ciência e Cultura (03); Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura (03); Trabalho e Cidadania (03).

Figura 2: Nuvem dos princípios norteadores da Educação Profissional Técnica



Fonte: Elaborada pelos autores, utilizando o software Word Art.

A pesquisa de Santos e Tavares (2020) procurou ressaltar sobre as políticas para a educação profissional e a influência de organismos internacionais, os pontos e contrapontos sobre a educação para trabalhadores no Brasil. De acordo com as considerações dos autores, as políticas voltadas para o campo da educação profissional estão inseridas num contexto de disputa entre projetos corporativos essencialmente distintos. De um lado um projeto educativo que persegue uma formação alienada, dependente do pensamento econômico internacional, ao serviço do modo de produção que subjuga os trabalhadores. Por outro lado, um projeto educativo que apresenta a formação para a autonomia e a ação social baseada na consciência crítica.

Ao considerar o Trabalho como princípio para a Formação do Mercado de Trabalho, percebeu-se que na perspectiva neoliberal, este princípio está relacionado à lógica da mercadoria, em consonância com o mercado de trabalho. A educação ofertada por meio da escola pública está voltada aos interesses do empresariado, distante de uma formação humana e plena dos sujeitos sociais (LEME; RUIZ; GARCIA; OLIVEIRA, 2019). Krawczyk e Ferreti (2017) confirmam dizendo que a educação tem sido tratada não só com caráter economicista, mas também, com o favorecimento do mercado, na manutenção e fortalecimento do modo de produção capitalista.

No tocante ao Trabalho como Princípio Educativo, em outras pesquisas, percebeu-se a manifestação dos autores sobre a necessidade de uma educação que pudesse romper com a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual (DRAGO, 2017; LIMA; CORDÃO, 2017; SANTOS; MENDES; MENDES SEGUNDO, 2016; SANTOS; GONÇALVES, 2016). Ramos (2008) confirma essa possibilidade ao referir que, o trabalho, a ciência e a cultura são dimensões que estruturam a prática social e que são fundamentais para a vida, e que essa compreensão indissociável significa compreender o trabalho como princípio educativo.

Nota-se historicamente que, as políticas educacionais foram desenvolvidas em um contexto de disputas entre projetos sociais distintos e mediadas por conflitos entre classes antagônicas. Neste jogo de forças políticas, na maioria das vezes, intensifica-se a oferta educacional de formação de mão de obra, atendendo aos interesses do mundo corporativo e afastando-se dos ideais humanos e da formação plena dos sujeitos sociais.

~~Nota-se uma divergência entre Trabalho como princípio Educativo e Trabalho como formação para o mercado de trabalho, pois existe um projeto de educação profissional conservadora ditada pelo mercado, no qual o Trabalho como Princípio Educativo, que defende uma educação integral é ignorado em detrimento do interesse capitalista.~~

4.3 POTENCIALIDADES/POSSIBILIDADES QUE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE QUALIDADE PODE PROPORCIONAR

Após a análise dos artigos foi possível perceber que as potencialidades da Educação Profissional Técnica, se dividem em Formação para o Mercado de Trabalho (08) artigos e Formação Politécnica (02) artigos, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2: Potencialidades da Educação Profissional Técnica de qualidade

Potencialidades (Iniciais)	Variável Final	Autores
Formar força de trabalho	Formação para o Mercado de Trabalho	Leme, Ruiz, Garcia e Oliveira (2019); Silva; Melo (2018)
Capacitar as pessoas para o mercado de trabalho		Lima, Silva e Silva (2017)
Garantia de acesso e permanência do discente que apresente alguma condição especial de demanda por habilidade profissional		Santos (2012)
Formar trabalhadores mais flexíveis, para os novos sistemas produtivos.		Araújo e Carvalhêdo (2020) Czernisz e Batistão (2015)
Conduzir ao pleno desenvolvimento da vida produtiva		Moraes (1998)
Desenvolver habilidades e competências		Oliveira e Almeida (2009)
Formação Politécnica	Formação Politécnica	Silva, Ledo e Magalhães (2012); Drago (2017) Souza, Costa, Souza e Lima (2019); Curi e Giordani (2019)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebeu-se por meio da pesquisa de Leme; Ruiz; Garcia e Oliveira (2019), que no processo de elaboração da LDBEN/1996, o ideário neoliberal reiterou a prioridade de preparar o sujeito para as exigências do mundo da produção. Para os autores Silva e Melo (2018), as reformas empreendidas no ensino médio entre 1996 e 2018, tiveram como objetivo a formação da mão de obra no intuito de fortalecer o mercado de trabalho, (LIMA, SILVA; SILVA, 2017; ARAÚJO; CARVALHÊDO, 2020; CZERNISZ; BATISTÃO, 2015; MORAES, 1998), e o

termo empregabilidade fortaleceu a condição de inserção e permanência no mercado de trabalho (SANTOS, 2012; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2009).

Frigotto e Ciavatta (2003) ratificam esta constatação dizendo que a partir do Decreto 2208/1997, dois projetos de currículo se estabeleceram: de um lado, um voltado ao desenvolvimento de um sujeito que saiba articular trabalho, ciência, tecnologia e cultura; e, de outro, uma proposta de formação profissionalizante, cuja meta é educar o trabalhador a ser um cidadão produtivo e não o ser humano emancipado.

Outra possível potencialidade apontada pelos estudos, diz respeito à formação politécnica. A reforma do ensino médio Integrado a partir da do Decreto nº 5.154/2004 passou a garantir com segurança jurídica (CURI; GIORDANI, 2019), a possibilidade de integrar os conhecimentos propedêuticos da educação geral aos conhecimentos práticos da educação profissional (SILVA; LEDO; MAGALHÃES, 2012; SOUZA; COSTA; SOUZA; LIMA, 2019). Apesar de ter sido materializada, essa possibilidade, ainda não se concretizou na sociedade brasileira (DRAGO, 2017). Para Moura, Lima e Silva (2015), essa viabilidade de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional se configurou em uma perspectiva de avanço em direção à politécnica.

Oliveira (2006) considera que essa integração só será possível com a constituição de um projeto educacional dentro da materialidade da burguesia, que permita emergir no imaginário coletivo que possa consolidar a prática coletiva e fazer com que o governo garanta uma formação que contribua coma emancipação da classe trabalhadora.

Portanto, nota-se que as potencialidades da educação profissional técnica de qualidade quase em sua totalidade estão direcionadas para a formação do sujeito de forma aligeirada no intuito de atender ao mercado de trabalho, distanciando-se assim, de uma formação politécnica.

4.4 LIMITAÇÕES QUE IMPACTAM NO DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA

Esta subseção teve como objetivo mostrar as principais limitações que impactam no desenvolvimento da qualidade da Educação Profissional Técnica, por meio das pesquisas empíricas realizadas, conforme Quadro 3. É importante ressaltar que a busca pelas limitações se deu de forma genérica, não se atendo às limitações operacionais de cada projeto.

É possível perceber que as principais limitações estão relacionadas à falta de políticas públicas educacionais voltadas á: unificação do currículo, superação da dualidade entre ensino médio e educação profissional, romper a barreira da desigualdade.

Drago (2017) realizou uma análise sobre a Formação Humana no Ensino Médio Integrado, constantes em artigos, dissertações e teses publicados no Repositório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) entre os anos 2000 e 2015 e constatou que o Ensino Médio Integrado é marcado pela dualidade estrutural. De igual modo, os autores (ARAÚJO; CARVALHEDO, 2020; LEME; RUIZ; GARCIA; OLIVEIRA, 2019; SILVA; LEDO; MAGALHÃES, 2012; SANTOS; MENDES; MENDES SEGUNDO, 2016; SABIA; MILITÃO, 2011; ZITKE; CALIXTO, 2018; SOUZA; COSTA; SOUZA; LIMA, 2019; BARCELLOS; SOUZA; FONTANA; TOLEDO; BRAGA, 2017) analisaram o processo histórico do ensino médio e da educação profissional, considerando a integração dos mesmos a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9.394/96, conforme o Decreto nº. 2.208/97, Decreto nº. 5.154/04 e a Lei nº 13. 415/2017, todos concluíram que até o momento não foi possível superar a dualidade histórica. Corrobora assim, o que apresenta Romanelli

(1987), que essa dualidade vem se arrastando desde a década de 1930 com a divisão das etapas do ensino médio e do ensino profissional.

Quadro 3: Limitações que impactam no desenvolvimento da qualidade da Educação Profissional Técnica

Limitações (Iniciais) n° de Menções	Variável Final	Autores
Dualidade (10)	Políticas Públicas Educacionais	Drago (2017); (Araújo e Carvalhêdo (2020); Leme, Ruiz e Garcia, (2019); Silva, Ledo e Magalhães (2012); Santos Mendes e Mendes Segundo (2016); Sabia e Militão (2011); Zitke e Calixto (2018); Souza, Costa, Souza e Lima (2019); Barcellos, Souza, Fontana e Braga (2017)
Currículo (06)		Araújo e Carvalhêdo (2020); Lima e Cordão (2017); Czernisz e Batistão (2015); Leme, Ruiz e Garcia (2019).
Desigualdade (02)		Barcellos, Souza, Fontana, Toledo e Braga (2017); Furtado (2020).

Fonte: Elaborado pelos autores

O currículo é outra limitação apontada pelos estudos analisados. Czernisz e Batistão (2015) fizeram uma análise sobre a integração do ensino médio e à educação profissional, desenvolvida no Estado do Paraná no período de 2003 a 2010. Concluíram que apesar da proposta de integração da educação do ensino médio conceber o trabalho como princípio educativo, visando a possibilidade de uma formação omnilateral do estudante, isso não é característico para a etapa da educação profissional e ensino médio (LIMA; CORDÃO, 2017; ARAÚJO; CARVALHÊDO, 2020). As políticas de reformulações de conteúdo e dos currículos flexíveis que tem sido feito de forma aligeirada contribuem com a economia capitalista, aos interesses de financiamentos e aos empresários da educação (LEME; RUIZ; GARCIA, 2019).

Para Frigotto e Ciavatta (2003), é visível a diferença entre dois projetos de currículo: de um lado, uma proposta de formação geral, voltada ao desenvolvimento de um sujeito que saiba articular trabalho, ciência, tecnologia e cultura; e, de outro, uma proposta de formação profissionalizante, cuja meta é educar o trabalhador a ser um cidadão produtivo e não o ser humano emancipado. E que essa separação não é natural, mas decorrente de uma sociedade cindida em classes, na qual os interesses não são apenas distintos, mas conflitantes.

A desigualdade foi outra limitação apontada por (BARCELLO; SOUZA; FONTANA; TOLEDO; BRAGA, 2017). Concluíram que a reforma é um atraso nas políticas educacionais, pois, a proposta de flexibilização do currículo (FURTADO, 2020), causou um prejuízo á formação integral dos sujeitos. De acordo com Krawczyk e Ferreti (2017), embora o termo flexibilização possa remeter no imaginário das pessoas à ideia de autonomia, livre escolha, criatividade e inovação, este termo pode representar também desregulamentação, precarização, instabilidade da proteção contra a concentração da riqueza material e de conhecimento, permitindo a exacerbação dos processos de exclusão e desigualdade social (KRAWCZYC; FERRETI, 2017).

Portanto, tais limitações que impactam no desenvolvimento da qualidade da educação profissional técnica, só serão superadas a partir de políticas públicas educacionais que reconheçam a importância da unificação dos currículos do ensino médio e da educação profissional, rompendo com a dualidade estrutural e a desigualdade social.

4.5 INDICADORES UTILIZADOS PARA MEDIR O DESEMPENHO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA NO BRASIL

O quadro 4 abaixo faz menção ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como indicador que mede o desempenho da qualidade da educação profissional.

Soares e Xavier (2013) realizaram uma pesquisa sobre os pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB com a finalidade de explicitar sua concepção de qualidade e equidade de escolas por meio da descrição dos algoritmos do IDEB.

Quadro 4: Indicadores de qualidade da Educação Profissional Técnica

Indicador (Iniciais)	Autores
IDEB (01)	Soares e Xavier (2013)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se que na pesquisa várias críticas foram apontadas para o IDEB. Uma delas, diz respeito ao fato de ser o único indicador nacional e por ser muito sintético em sua metodologia. Para Kuenzer (2010), é necessária uma avaliação crítica dos indicadores atuais em específico pelas metodologias usadas tanto do ENEM e na definição do IDEB; no intuito de analisar se realmente atingem a complexidade de realidades tão diversas, ou se, ao desconsiderar as diferenças, auxiliam na formulação de políticas e programas que aumentam ainda mais as desigualdades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou como se instituiu a qualidade da educação profissional técnica no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educacional LDB 9394/96. Seis elementos estruturantes foram definidos para identificar o avanço desse movimento: a) principais atores envolvidos; b) princípios norteadores; c) atributos d) potencialidades e) limitações; f) os indicadores utilizados para medir o desempenho da qualidade da Educação Profissional Técnica, sendo assim, sugere-se a realização de estudos específicos voltados a essa temática.

Os principais resultados apontaram que: a) existem diferentes atores de diversos segmentos que participam no desenvolvimento da qualidade da educação profissional técnica e com diferentes interesses; b) apesar dos princípios da Educação Profissional ser diversos e sobrepostos, o Trabalho como Princípio Educativo, e o Trabalho para o Mercado do Trabalho foram os que mais se destacaram; c) Sobre os atributos, não foi possível encontrar nas pesquisas, atributos apontados para Educação Profissional Técnica, sendo assim, sugere-se a realização de estudos específicos voltados a essa temática. d) como potencialidades a educação profissional técnica, possibilita em sua totalidade a formação para o mercado de trabalho e uma parcela ínfima para a formação politécnica; e) as limitações da educação profissional foram direcionadas à falta de Políticas Públicas voltadas a currículos diferentes da educação profissional e do ensino médio, a dualidade estrutural entre ambos e a desigualdade social; f) o único indicador encontrado nas pesquisas foi o IDEB.

Considerando o recorte de período adotado para a investigação desta pesquisa, a partir da LDB 9394/ 96 até a presente data, após a análise dos estudos foi possível concluir que a qualidade da educação profissional se instituiu em um contexto totalmente inverso àquilo que se entende por uma educação de qualidade, ou seja, uma educação emancipadora. O que se denotou foi uma educação engendrada por políticas educacionais excludentes, totalmente voltadas para a qualificação de mão de obra que possa atender ao mercado de trabalho, favorecendo assim o sistema capitalista.

Pondera-se que este estudo teve como limitação operacional a busca de artigos em única fonte de dados por considerar que o tema está atrelado a uma lei específica do Brasil.

Como agenda de pesquisa, quiçá estudos futuros possam verificar as possibilidades de um currículo único e integrador para a educação profissional técnica e o ensino médio.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Luiz Edmundo Vargas de; PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública. *In*: ANJOS, Maylta. Brandão dos. (Org); RÔÇAS, Giselle. **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 1. Natal: IFRN, 2017, p. 13-35. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1510>>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- ARAÚJO, Lonnie Ribeiro; CARVALHÊDO, Josania Lima Portela. A gênese dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 13, n. 2, mai./ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v13n2p90-115>. Disponível em: <<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/14939>>. Acesso em: 03 mai. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 12 jun. 2021.
- BRASIL. Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio. Documento Base**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A Nova LDB da Educação Nacional: uma Reforma Educacional? *In*: CURY, Carlos. Roberto. Jamil; HORTA, José Silvério Bahia; BRITO, Vera Lúcia Alves; (Orgs). **Medo a Liberdade e Compromisso Democrático: LDB e Plano Nacional da Educação. Nuances: Estudos Sobre Educação**, v. 17, v. 18. São Paulo. Editora

do Brasil, 1997, p. 91-135. Disponível em: <<https://www.worldcat.org/pt/title/medo-a-liberdade-e-compromisso-democratico-ldb-e-plano-nacional-da-educacao/oclc/685278656>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

CRONIN, Patrícia; RYAN, Frances; COUGHLAN, Michael. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, jan. 2008. DOI:10.12968/bjon.2008.17.1.28059. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/5454130_Undertaking_a_literature_review_A_step-by-step_approach>. Acesso em: 18 mai. 2021.

CROSSAN, Mary M.; APAYDIN, Marina. A multi-dimensional framework of organizational innovation: a systematic review of the literature. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, p. 1155-1191, set. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-6486.2009.00880.x>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

CZERNISZ, Eliane Cleide da Silva; BATISTÃO, Marci. Educação profissional integrada ao ensino médio no Paraná: limites e possibilidades. **Educação: Teoria e Prática**, v. 25, n. 4, p. 253-267, ago., 2015. <https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol25.n49.p253-267>. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/7543>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

DRAGO, Crislaine Cassiano. A Formação Humana No Ensino Médio Integrado: o que dizem as pesquisas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 15, n. 28, p. 90-107, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/download/9643/6764/40706>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

DOURADO, Luis Fernandes, (Coord); OLIVEIRA, João Ferreira de.; SANTOS, Catarina de Almeida. **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**. Ministério da Educação. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://td.inep.gov.br/ojs3/index.php/td/article/view/3848>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

DOURADO, Luís Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A Qualidade da Educação: Perspectivas e Desafios. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, mai/ago., 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/?format=pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, p. 26, 2007. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/IDEB-Textoparadiscuss%C3%A3o26.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/JSYmSMnc7TKKrxWjm3xHLGd/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

FURTADO, José. Henrique de Lacerda. A Reforma do Ensino Médio em Questão: Entre Falácias e Desafios. **E- Mosaicos. Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira** CAP- UERJ, v. 9, n. 21, mai-ago, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2020.46344>. Disponível:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/46344>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

HADDAD, Fernando. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação; Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Revista Solta a Voz**, v. 19, n.2, p. 291-294, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/sv/article/download/5949/4618>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

HOON, Christina. Meta-synthesis of qualitative case studies: an approach to theory building. Organizational. **Research Methods**, v. 16, n. 4, p. 522-556, 2013. <https://doi.org/10.1177/1094428113484969>. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1094428113484969>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

LEME, Renata Bento; RUIZ, Maria José. Ferreira; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. A Interferência do Empresariado nas Políticas para a Educação do Trabalhador. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 3, p. 87-100, set/dez, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9854>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

LIMA, José Fernandes de; CORDÃO, Francisco Aparecido. Desafios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **B. Téc. Senac**, Rio de Janeiro, v. 43, n.1, p. 78-109, jan./abr., 2017. Disponível em: <<https://www.bts.senac.br/bts/article/download/396/369>>. Acesso em: 29 mai. 2021.

MELO, Savana Diniz Gomes. Continuidades e/ou rupturas nas políticas para o ensino médio e educação profissional. In: Reunião anual da Anped: **Educação, Cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos**, 29^a, 2006, Caxambu/MG. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/biblioteca/item/continuidades-eou-rupturas-nas-politicas-para-o-ensino-medio-e-educacao-profissional>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

MOURA, Dante Henrique. A relação entre a educação profissional e a educação básica na CONAE 2010: possibilidades e limites para a construção do novo Plano Nacional de Educação. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 112, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/873/87315815012/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, out/dez., 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNcTcD9CvkMMxfq8NyQy/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A Reforma do Ensino Médio e a Educação Profissional. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 3, p. 108-117, jan/jun. 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8921>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; KRAMER, Sônia. Contemporaneidade, educação e tecnologia. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, v. 100, p. 1037-1057, out. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/KS6FVdMKj4D9hzbGG9dfcps/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

NASCIMENTO, Daniel Teotonio; BINOTTO, Erlaine; BENINI, Elcio Gustavo. O Movimento da Tecnologia Social: uma Revisão Sistemática de seus Elementos Estruturantes entre 2007 e 2017. **Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 8, n. 3, p. 93-111, 2019. Disponível em:

<<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/4784/0>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

OLIVEIRA, Ramon. Possibilidades do ensino médio integrado diante do financiamento público da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.1, p. 051-066, jan/abr. 2009. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ep/a/y7pNC6LmrqbCm9cSx8mvCpn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 mai. 2021.

OLIVEIRA; Silvia Andreia Zanelato de Pieri; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Educação para o mercado x educação para o mundo do trabalho: impasses e contradições. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p. 155-167, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rep/article/download/2222/1437/>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

OLIVEIRA, Sulamita Terres de, MAGALHÃES JUNIOR, Antônio Germano. A Escola Estadual de Educação Profissional no Ceará: desvendando a forma de articulação integral. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 5, n. 15, p. 86–106, 2015. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1004>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PACHECO, Eliezer. (Org). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Fundação Santillana, São Paulo: Editora Moderna, 2011, p. 5-45. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

KRAWCZYK, Nora; FERRETI, Celso João. Flexibilizar para quê? Meias verdades da reforma. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 33-44, jan/jun. 2017. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/757>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

KUENZER, Acacia Zeneida. **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**, 6a ed, São Paulo: Cortez, 2009.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul./set. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/V3FQ7X6WwDB3vxLFRsy4Qmc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

RAMOS, Marise Nogueira. Marcos conceituais do ensino médio integrado: proposta para discussão. Brasília, DF, 2008. Contribuição de Marise Ramos à **reunião com a SEB e SETEC/MEC**, realizada em Brasília, nos dias 27 e 28 de maio de 2008. Mimeografado.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SABIA, Claudia Pereira de Pádua; MILITÃO, Silvio César Nunes. Ensino Médio e Educação Profissional no Tempo Presente: Para Além da Dualidade Escolar. **Colloquium Humanarum**,

Presidente Prudente, v. 8, n. 1, p. 65-70, jan/jun, 2011. Disponível em:
<<https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/520>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; MENDES, José Ernandi; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. Educação Profissional: Crítica à Implantação do Projeto Ensino Médio Integrado do Estado do Ceará. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3; p. 189-205, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9536>>. Acesso em 17 jun. 201.

SANTOS, Harlon Romariz Rabelo; GONÇALVES, Danielle Nilin. Política de Educação Profissional e o Ensino Médio Integrado: Seus Contextos e o Caso do Ceará. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 149-165, maio/ago. 2016. <https://doi.org/10.25053/edufor.v1i2.1387>. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/106>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

SANTOS, Luciano Francisco dos; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. Políticas para a educação profissional e a influência de organismos internacionais: pontos e contrapontos sobre a educação para trabalhadores no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 1-16, mai. 2020. DOI:10.33448/rsd-v9i7.4061. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341556249_Políticas_para_a_educacao_profissional_e_a_influencia_de_organismos_internacionais_pontos_e_contrapontos_sobre_a_educacao_para_trabalhadores_no_Brasil>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SANTOS, Tiago. Borges dos. Integrando saberes: reflexão sobre o currículo integrado da Educação Profissional Técnica de nível médio no Instituto Federal de Brasília, **Eixo**, v. 1, n. 1, jan/maio. 2012. DOI: <https://doi.org/10.19123/eixo.v1i2.25>. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/25>>. Acesso em 13 jun. 2021.

SAVIANI, Dermeval. O Choque Teórico da Politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 131-152, 2003. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>.

SILVA, Francisca Natália; SILVA, Lenina Lopes Soares; LIMA, Erika Roberta Silva e; Trajetória do Ensino Médio e da Educação Profissional no Brasil. **Holos**, v. 3, n. 33, p.164-175, 2017. Disponível: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5753>>. Acesso em: 13 jun. 2021.

SILVA, Estácio Moreira da.; LEDO, Irma Márcia Veloso; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. A Política Educacional na Reforma do Currículo do Curso Técnico em Agropecuária. **Revista Binacional Brasil Argentina**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 2, p. 159-169, dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/1348>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SILVA, Rafaela Campos Duarte; MELO, Savana Diniz Gomes. ENEM: propulsão ao mercado educacional brasileiro no século XXI. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1385-1404, out./dez. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/ypQ7YWcNmtYGWVfBNXZH4XR/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SOUSA, Joilson Silva de. História da educação profissional, o ensino médio e sua conjuntura política. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 8, p.01-11, maio/jun. 2019.

Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5606/560662199023/html/>>. Acesso em:
13 jun. 2021.